



Indicadores sobre a pobreza

Dados Europeus e Nacionais



2010

Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal
Rua de Costa Cabral, 2368 4200-218 Porto
Telefone: 225 420 800 Fax: 225 403 250
E-mail: geral@reapn.org Site: www.reapn.org

Actualização em Setembro de 2010

1- ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL NA EUROPA

A pobreza e a exclusão social constituem um dos maiores desafios do nosso século, na medida em que colidem com o exercício dos direitos fundamentais dos seres humanos. Os objectivos de desenvolvimento do Milénio, definidos pela ONU em 2000 reflectem este enorme desafio e definem como meta a redução da pobreza extrema, para metade até 2015. A União Europeia, a partir da Cimeira de Lisboa (2000), assumiu também estas problemáticas como centrais no processo de construção europeia, posicionando o objectivo da coesão social ao mesmo nível do crescimento económico e do emprego.

Os dados estatísticos existentes sobre a pobreza e a exclusão social não revelam, por si só, todas as dimensões destes flagelos, mas aproximam-nos da realidade e permitem-nos ir avaliando o caminho que estamos a percorrer, pelo que se torna útil compilar alguns indicadores sobre estes fenómenos.

Sendo 2010 o Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social e, por outro lado, assinalando o fim de uma década, considerou-se pertinente fazer uma análise longitudinal dos indicadores de pobreza, apresentando valores dos últimos 10 anos. No entanto, a partir de 2003, houve alterações na metodologia de recolha de dados dos principais indicadores de pobreza. Se até essa altura era utilizado o Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados (PEADP), a partir de 2003 os dados passam a ser obtidos através do Inquérito aos Rendimentos e Condições de Vida (EU-SILC). Devido a esta alteração, a comparação entre os valores de 2001 e os dados obtidos a partir de 2003 torna-se inadequada e as conclusões que poderiam ser retiradas dessa comparação não seriam fidedignas. Assim, optou-se, na secção dos indicadores nacionais, por apresentar uma análise dos dados dos últimos 10 anos apenas ao nível dos indicadores referentes ao Desemprego. Na 1ª parte do presente documento é igualmente feita uma apreciação da evolução, ao longo desta década, dos indicadores referentes ao emprego, sendo que no que diz respeito aos restantes indicadores essa análise é deficitária em virtude da falta de dados existentes para realizar uma comparação, mais precisa, entre os vários países europeus.

Taxa de risco de pobreza: comparações entre países

O risco de pobreza é medido através da percentagem da população com rendimentos inferiores ao limiar de 60% do rendimento mediano equivalente.

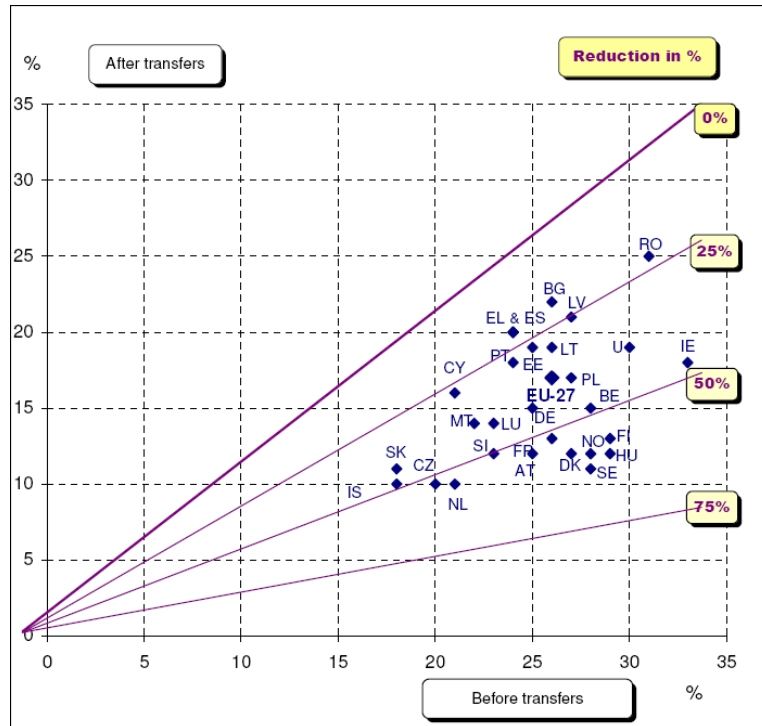
Segundo os últimos dados da EU – SILC¹, em 2007 cerca de 17% das pessoas viviam num agregado familiar em risco de pobreza. Os valores mais elevados foram apontados a países como Roménia (25%), Bulgária (22%), Letónia (21%), Grécia, Espanha e Itália (20%). As taxas mais baixas estiveram em países como República Checa e Holanda (10%).

O risco de pobreza mantém-se (EU27) bastante elevado nas famílias monoparentais com crianças a cargo (34%); logo seguido dos agregados compostos por uma pessoa adulta com mais de 65 anos (28%) e os agregados compostos por uma pessoa adulta do sexo feminino (28%).

No que diz respeito ao impacto das transferências sociais (com excepção das pensões) na redução da taxa de risco de pobreza verificou-se que este é significativo para a generalidade dos países, embora com algumas variações (ver gráfico). Para a EU27 a taxa de risco de pobreza antes das transferências sociais era 26% e reduz para 17% após as transferências sociais, o que implica passar 35% das pessoas com baixos rendimentos para lá do limiar da pobreza.

¹ *The Social Situation in the European Union 2009*, European Commission, Fevereiro 2010

Comparação das taxas de risco de pobreza antes e após as transferências sociais na EU (%), 2007



Fonte: EU - SILC

No que diz respeito à evolução da taxa de risco de pobreza ao longo dos últimos anos verifica-se, pelo quadro apresentado em baixo, que ela tem variado ligeiramente no conjunto dos países. Esta comparação é complicada de ser feita uma vez que não existem dados para a maioria dos países.

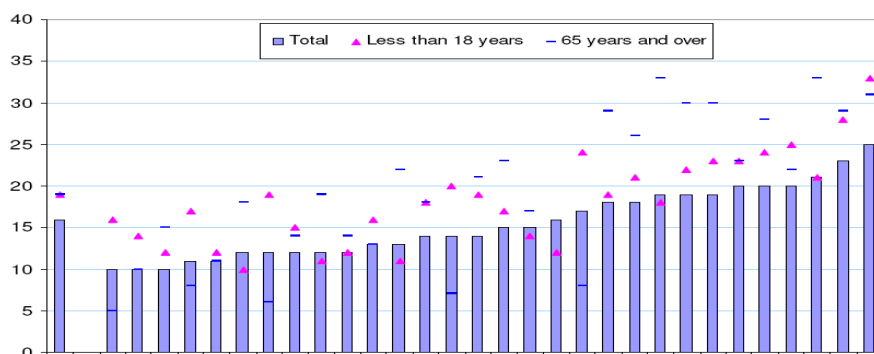
Taxa de risco de pobreza, total

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
EU-27	:	:	:	:	:	:	:	16s	16s	17
EU-25	15s	16s	16s	16s	:	15s	16s	16	16	16
EU-15	15s	16s	15s	15s	:	15s	17s	16	16	17
EA-15	:	:	:	:	:	:	:	15	16	16
EA-13	:	:	:	:	:	:	:	15	16	16
EA-12	15s	15s	15s	15s	:	15s	17s	15	16	16
BE	14	13	13	13	:	15b	14	15	15	15
BG	:	:	14	16	14	14	15	14	18	22p
CZ	:	:	:	8	:	:	:	10b	10	10
DK	:	10	:	10	:	12b	11	12	12	12
DE	11	11	10	11	:	:	:	12b	13	15
EE	:	:	18	18	18	18	20b	18	18	19
IE	19	19	20	21	:	20b	21	20	18	18
EL	21	21	20	20	:	21b	20	20	21	20
ES	18	19	18	19	19b	19	20b	20	20	20
FR	15	15	16	13b	12	12	13	13	13	13
IT	18	18	18	19	:	:	19b	19	20	20
CY	:	:	:	:	:	15	:	16	16	16
LV	:	:	16	:	:	:	:	19b	23	21
LT	:	:	17	17	:	:	:	21b	20	19
LU	12	13	12	12	:	12	13	14	14	14
HU	:	:	11	11	10	12	:	13	16	12
MT	:	:	15	:	:	:	:	14	14	14
NL	10	11	11	11	11	12	:	11b	10	10
AT	13	12	12	12	:	13b	13	12	13	12
PL	:	:	16	16	:	:	:	21b	19	17
PT	21	21	21	20	20	19	20b	19	18p	18
RO	:	:	17	17	18	17	18	18	19	25b
SI	:	:	11	11	10	10	:	12b	12	12
SK	:	:	:	:	:	:	:	13b	12	11
FI	9	11	11	11b	11	11	11	12	13	13
SE	:	8	:	9	11b	:	11b	9	12	11
UK	19	19	19b	18	18	18	:	19b	19	19
HR	:	:	:	:	:	18	:	:	:	:
MK	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
TR	:	:	:	:	25	26	:	:	:	:
IS	:	:	:	:	:	:	10	10	10	10
LI	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
NO	:	:	:	11	10	11b	11	11	11	12
CH	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Taxa de risco de pobreza infantil

As crianças continuam a ser um dos grupos com um risco de pobreza superior ao resto da população. Segundo o mesmo relatório, em 2007 a proporção de crianças (até aos 18 anos) que viviam num agregado familiar com baixo rendimento era de **20%**. Esta taxa era mais elevada em países como a Roménia (33%), Bulgária (28%), Itália (25%), Espanha e Polónia (24%); e mais baixa em países como a Dinamarca (10%) e Finlândia (11%).

Taxa de risco de pobreza depois das transferências sociais por grupo etário na EU (%), 2007



Fonte: EU - SILC

Taxa de risco de pobreza das pessoas idosas

Em 2007, ao nível da EU27², o risco de pobreza para as pessoas idosas (65 ou mais anos) era de 20%. Os países que apresentaram taxas mais elevadas foram o Chipre (51%), Estónia e Letónia (33%), Roménia (31%), Lituânia e Reino Unido (30%). As taxas mais baixas estiveram em países como a República Checa (5%), Hungria (6%), Luxemburgo (7%), Polónia e Eslováquia (8%). Para Portugal essa taxa era de 26%. A gravidade da taxa, por comparação com a taxa de pobreza para a totalidade da população (17%) mantém-se elevada mesmo nos grupos com idades superiores a 75 ou mais anos (23%).

Embora seja difícil fazer uma análise da evolução desta taxa ao longo destes últimos anos, em virtude da falta de dados para a maioria dos países, podemos verificar pelo quadro em baixo apresentado, que ao nível da EU25 e EU15 a taxa de pobreza deste grupo populacional tem variado numa forma ascendente. Entre 2000 e 2007 a taxa de pobreza para a EU15 variou em +3 pontos percentuais (17% - 2000 para 21% - 2007).

Taxa de risco de pobreza (65 e mais anos) por ano

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
EU-27	:	:	:	:	:	:	:	19	19	20
EU-25	18	17	17	16	:	17	18	19	19	19
EU-15	18	17	17	18	:	19	19	20	20	21
EA-15	:	:	:	:	:	:	:	20	19	19
EA-13	:	:	:	:	:	:	:	19	19	19
EA-12	16	16	16	16	:	18	19	19	19	19
BE	22	22	24	26	:	23	21	21	23	23
BG	:	:	15	15	14	14	16	18	20	23
CZ	:	:	:	6	:	:	:	5	6	5
DK	:	:	:	24	:	21	17	18	17	18
DE	12	11	10	12	:	:	:	14	13	17
EE	:	:	16	18	16	17	20	20	25	33
IE	33	34	42	44	:	41	40	33	27	29
EL	35	33	31	33	:	29	28	28	26	23
ES	15	16	19	22	28	28	30	29	31	28
FR	18	19	19	11	10	11	15	16	16	13
IT	17	14	13	17	:	:	21	23	22	22
CY	:	:	:	:	:	52	:	51	52	51
LV	:	:	6	:	:	:	:	21	30	33
LT	:	:	14	12	:	:	:	17	22	30
LU	9	8	9	7	:	10	8	8	8	7
HU	:	:	8	12	8	10	:	6	9	6
MT	:	:	20	:	:	:	:	21	19	21
NL	4	7	6	8	8	7	:	5	6	10
AT	21	24	23	24	:	16	17	14	16	14
PL	:	:	8	7	:	:	:	7	8	8
PT	35	33	33	30	:	:	29	28	26	26
RO	:	:	17	19	19	20	17	17	19	31
SI	:	:	21	20	19	19	:	20	20	19
SK	:	:	:	:	:	:	:	7	8	8
FI	16	16	19	18	18	17	17	18	22	22
SE	:	:	:	16	15	:	14	11	12	11
UK	25	21	24	27	26	24	:	26	28	30
HR	:	:	:	:	:	31	:	:	:	:
MK	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
TR	:	:	:	:	23	21	:	:	:	:
IS	:	:	:	:	:	:	10	9	12	15
LI	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:
NO	:	:	:	:	:	21	19	19	18	14
CH	:	:	:	:	:	:	:	:	:	:

Fonte: EU - SILC

² The Social Situation in the European Union 2009, European Commission, Fevereiro 2010

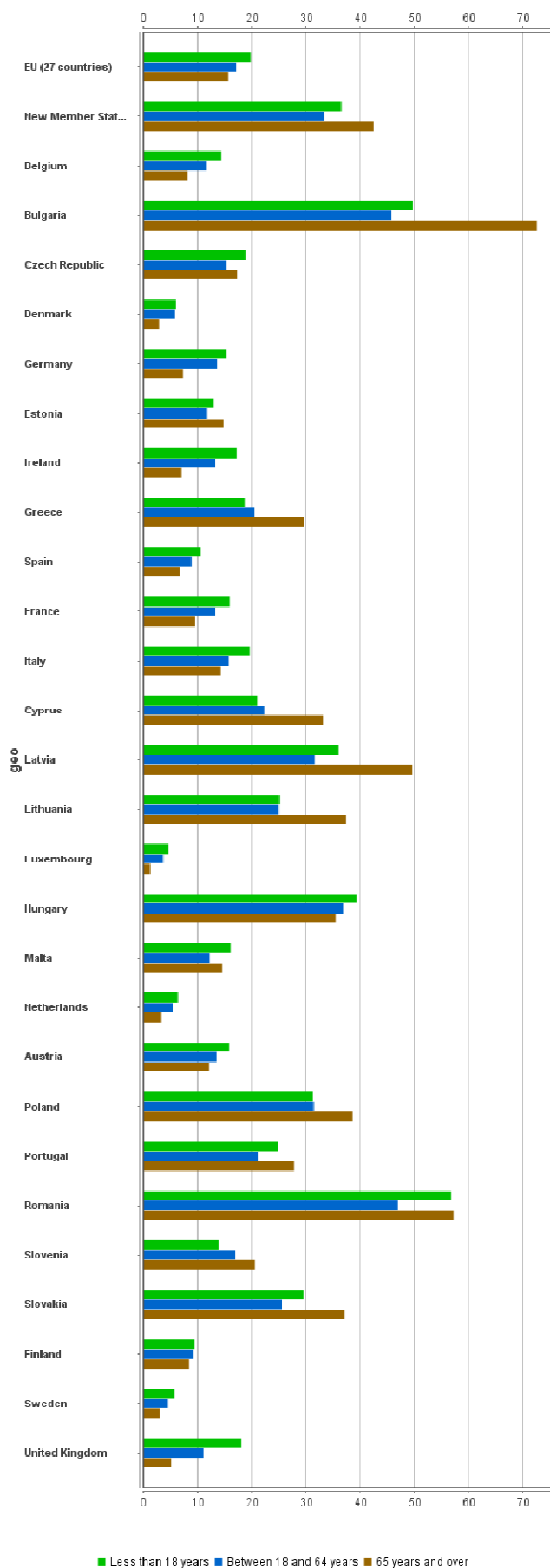
O Comité de Protecção Social (Sub-grupo dos Indicadores) definiu recentemente um indicador não monetário de condições de vida como forma de medir a exclusão social. Este indicador é definido como “a ausência de pelo menos 3 dos 9 itens que a seguir se apresentam: capacidade para fazer face a despesas inesperadas; capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa; existência de dívidas; capacidade de fazer uma refeição com carne frango ou peixe de dois em dois dias; capacidade de manter a casa quente; ter uma máquina de lavar, uma TV a cores, um telefone ou carro próprio”.

Assim, **17,4%** da população da **UE 27** (2007) é considerada como estando em situação de privação material. Uma vez mais as diferenças entre os Estados Membros é notória: as taxas oscilam entre os 3.5% no Luxemburgo e os 50.3% na Roménia. Em Portugal, 23% da população encontra-se numa situação de privação material.

As crianças são também dos grupos que possuem a taxa de privação material mais elevada por comparação com o total da população. Na UE27, cerca de 20% das crianças e jovens com menos de 18 anos são afectados pela privação material. Esta percentagem desce para 17% e 15.6% quando nos referimos a população com idade entre os 18 e os 64 anos e aos idosos respectivamente. Refira-se, no entanto, que para Portugal são os mais velhos que possuem uma maior privação material (27.7%), sendo seguido das crianças e jovens (24,8%). O mesmo acontece em outros Estados-Membros sendo a Bulgária o país onde se verifica uma maior diferença entre a privação material sentida pela população idosa e as outras faixas etárias.

Taxa da Privação Material por Grupos Etários na UE (%), 2007

%

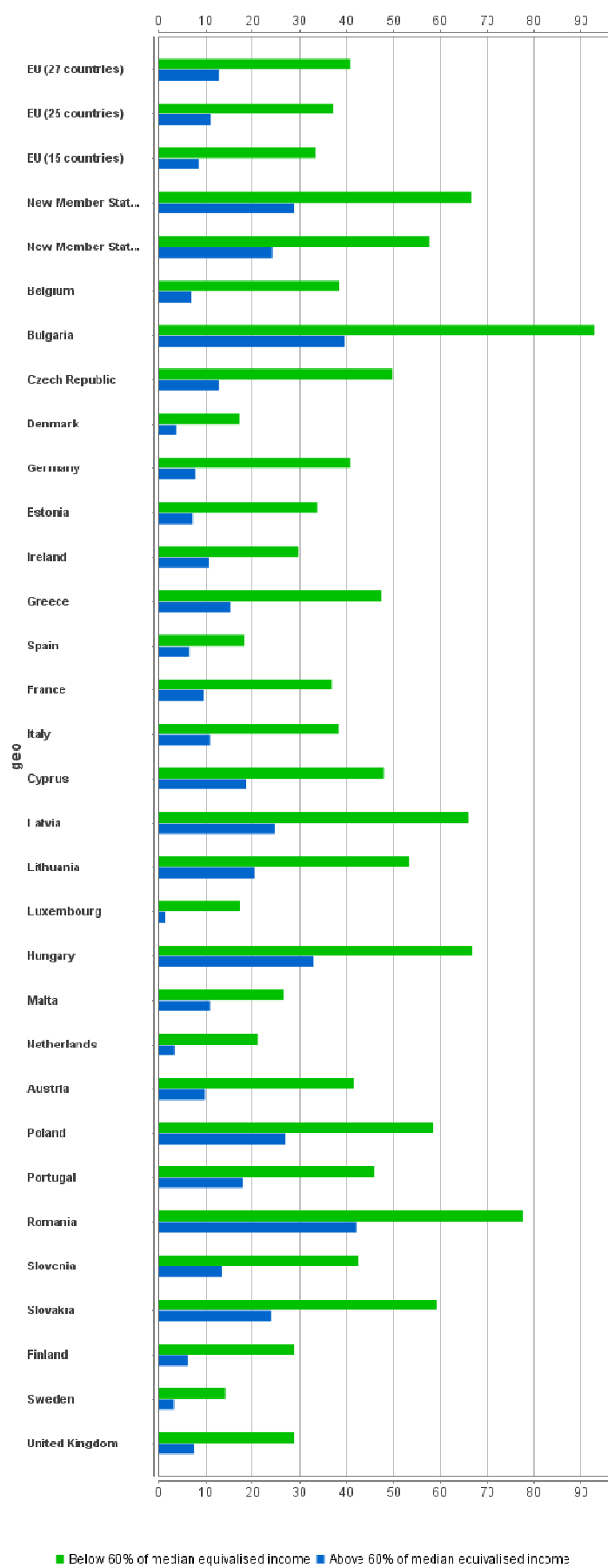


Fonte: SILC 2008

Esta taxa é significativamente alta para a população que vive em situação de pobreza. Cerca de 41% das pessoas em risco de pobreza (UE27) encontram-se em situação de privação material. Esta percentagem desce para aproximadamente 13% quando nos referimos a população que se encontra acima do limiar de pobreza. Esta privação material é maior junto dos 12 novos Estados Membros, onde 66,5% das pessoas em risco de pobreza e cerca de 29% das pessoas que se encontram acima do limiar de pobreza encontram-se em situação de privação material.

Em Portugal, cerca de 46% das pessoas em risco de pobreza consideram que não conseguem aceder a pelo menos 3 dos 9 itens identificados neste indicador. É igualmente significativo que aproximadamente 18% da população que se encontra acima do limiar de pobreza também se encontre numa situação de privação material. A tabela que a seguir se apresenta compara a taxa de privação material entre a população em risco de pobreza e a população que está acima do limiar da pobreza.

Taxa da Privação Material por situação de Pobreza na UE (%), 2007



Fonte: SILC 2008

Desemprego

Segundo dados da Eurostat³ o **desemprego** continuou o seu caminho ascendente em virtude da crise económica.

Em Julho de 2010 a Taxa de Desemprego para a **Zona Euro (EA 16) foi de 10.0%** (15 833 milhões de pessoas) e para a **UE 27** foi de **9.6%** (23 057 milhões de pessoas). Comparando com Junho de 2009 verificou-se, para ambas as taxas, um crescimento, respectivamente 9.6% (EA16) e 9.1% (UE27). No mesmo sentido, o **emprego** também tem verificado um decréscimo ao longo destes anos, sendo que no 2º quadrimestre de 2010, e por comparação ao ano anterior, o emprego caiu 0.6% quer na Zona Euro, quer na UE27.

Fazendo uma análise pelos Estados Membros e comparando com Julho de 2009, verificou-se uma baixa da taxa de desemprego em 3 dos países da UE: Áustria (5.1% para 3.8%), Malta (7.3% para 6.5%) e Alemanha (7.6% para 6.9%). No entanto, na generalidade dos países verificou-se um aumento dessa taxa.

No que diz respeito ao período em análise (Julho 2010) os países que verificaram um maior aumento foram a Espanha (20.3%), Letónia (20.1% para o 1º quadrimestre de 2010) e a Estónia (18.6%); por sua vez, os países que tiveram a mais baixa taxa de desemprego foram a Áustria (3.8%), e a Holanda (4.4% em Junho de 2010).

Desemprego (%) em Julho de 2010 – por ordem ascendente

AT	NL	LU	MT	SI	DK	DE	CY	CZ	RO	UK	IT	FI	SE	BE
3.8	4.4 (Junho/10)	5.3	6.5	6.8	6.9	6.9	7.1	7.3	7.4 (Q1_2010)	7.8 (Maio/10)	8.4	8.5	8.5	8.9
PL	UE27	BG	EA16	FR	HU	PT	EL	IE	SK	LT	EE	LV	ES	
9.4	9.6	9.7	10.0	10.0	10.3	10.8	11.0 (Q1_2010)	13.6	15.0	17.3 (Q1_2010)	18.6 (Q2_2010)	20.1 (Q1_2010)	20.3	

Fonte: Euro-Indicators, Eurostat, 125/2010

Taxa de desemprego por género/idade⁴

A **taxa de desemprego nos homens** aumentou, entre Julho de 2009 e Julho de 2010, de 9.5% para **9.8% na Zona Euro** e de 9.2% para **9.6% na UE27**. Relativamente à **taxa de desemprego feminino** assistiu-se também a um aumento em igual período (9.8% para **10.3%) para a Zona Euro** e de 9.0% para **9.6% para a UE27**.

Verifica-se uma situação mais estável quando se faz uma leitura da **taxa de desemprego tendo por base a idade**. Assim, em Julho de 2010 a Taxa de desemprego juvenil (abaixo de 25 anos) foi de **19.6% para a zona euro, e 20.2% para a UE27**, sendo que em Julho de 2009 foi de 19.8% e 20.1% respectivamente. As taxas mais baixas foram verificadas na Holanda (8.1% em Junho de 2010) e as mais altas na Espanha (41.5%) na Letónia (39.5% para o 1º quadrimestre de 2010) e na Estónia (37.2% no 2º quadrimestre de 2010).

Segundo o último relatório *Situação Social na União Europeia*⁵, a presente década assistiu a um decréscimo da taxa de emprego, tendo-se verificado nos países mais afectados uma descida entre 1 a 1.5 pontos percentuais (mais marcante entre 2001 e 2004). Em termos de idades as pessoas com idades entre os 15 e os 24 anos foram as mais afectadas pela descida desta taxa e foi ao nível dos empregos temporários que mais se assistiu a este declínio.

³ Euro-Indicators, Eurostat, 125/2010 (31 Agosto 2010).

⁴ Euro-Indicators, Eurostat, 125/2010 (31 Agosto 2010).

⁵ *The Social Situation in the European Union 2009*, European Commission, Fevereiro 2010.

Mais recentemente, 2009, e tendo em conta a actual recessão, a descida da taxa de emprego entre as pessoas com idades até aos 25 anos foi bastante significativa. Segundo o relatório, os efeitos negativos ao nível da taxa de emprego devem-se muito mais ao aumento do desemprego do que ao aumento da inactividade, ou seja, houve uma tendência para as pessoas mais jovens manterem-se activas na procura de emprego, do que em retornarem à formação e ensino em geral. Portugal, juntamente com a Bulgária, Alemanha, Eslovénia e Eslováquia foram excepção a esta regra, ou seja, nestes casos o declínio na taxa de emprego ficou a dever-se em grande parte ao aumento da inactividade e não do desemprego.

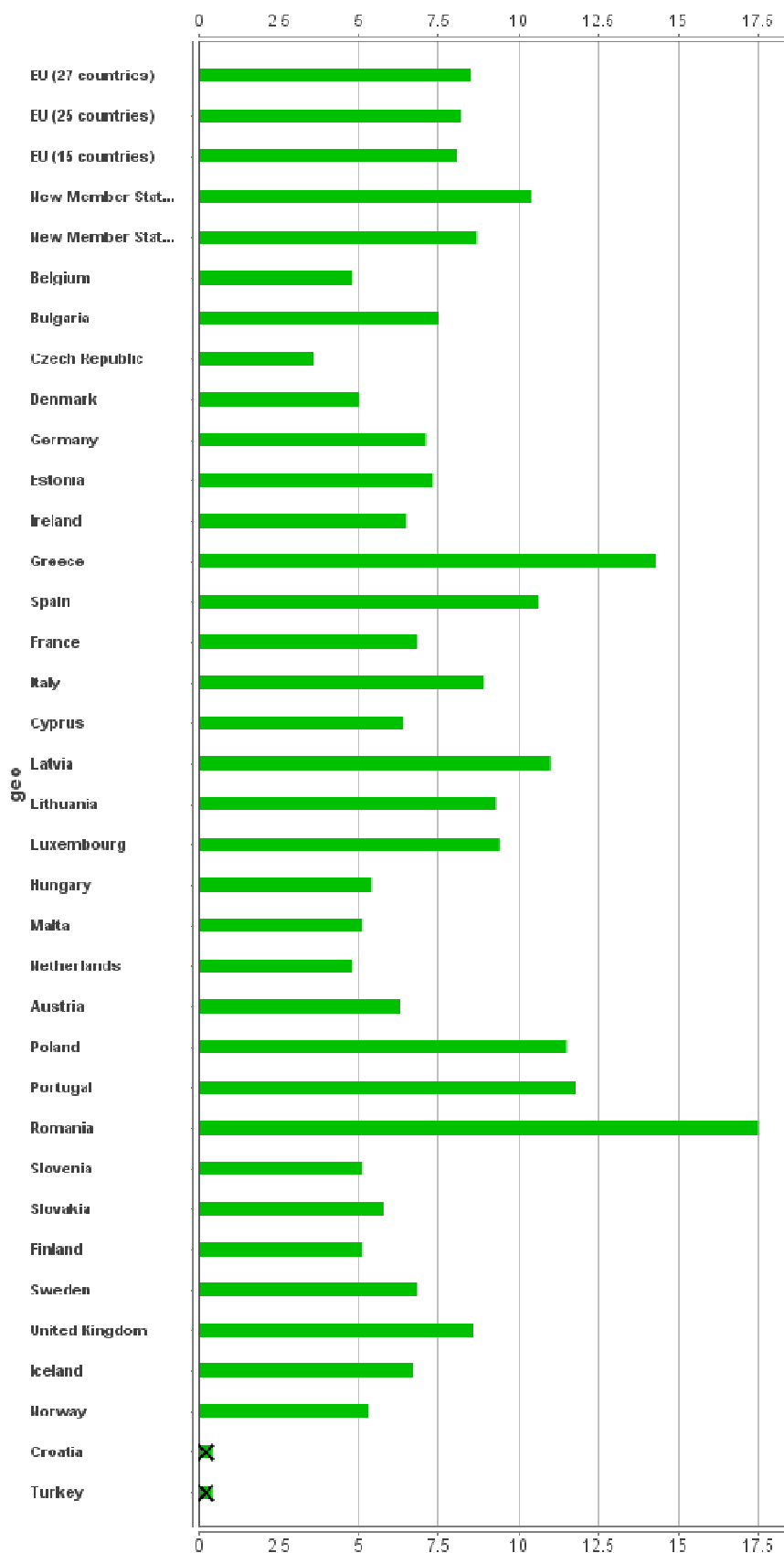
Risco de pobreza de pessoas empregadas (in-work poverty)⁶

Ter um emprego nem sempre protege as pessoas do risco de pobreza. **A taxa de risco de pobreza** é relativamente elevada para aqueles que têm um trabalho (**In-work Poverty**). Segundo o Eurostat este risco está bastante ligado a situações de emprego mal pago, pouco qualificado, emprego precário, trabalho em *part-time* involuntário e ao tipo de agregado onde os trabalhadores vivem, assim como da condição económica dos restantes membros do agregado.

Em 2006, cerca de 8% da população empregada na UE27 detinha um rendimento abaixo da linha da pobreza, por comparação com os 42% da população desempregada. *No entanto, mesmo que a população empregada esteja menos exposta ao risco de pobreza do que os restantes grupos, ela representa uma grande parte daqueles que estão em risco de pobreza, uma vez que uma grande parte da população adulta está a trabalhar (65% na UE27).* Em 2007, a taxa de risco de pobreza junto dos trabalhadores aumentou para 8,5%, valor semelhante ao verificado em 2006.

⁶ Eurostat, *Statistics in Focus 46/2009* de 15 de Junho de 2009.

Taxa de risco de pobreza de pessoas empregadas na UE (%), 2007



Fonte: EU -SILC⁷

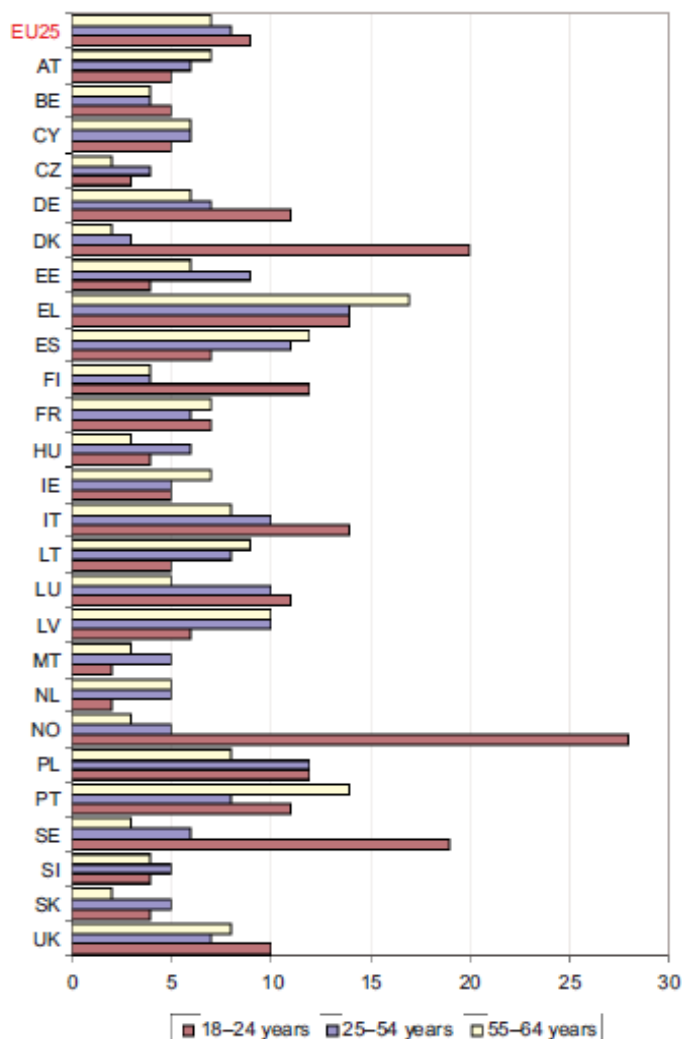
⁷ <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&plugin=1&language=en&pcode=tesov110>

Os países com maiores taxas de trabalhadores pobres são a Roménia (17.5%), Grécia (14.3%) e Portugal. Por outro lado, é na República Checa (3.6%), Bélgica e Holanda (4.8% cada) que se encontram menores proporções de trabalhadores em situação de vulnerabilidade à pobreza.

Uma melhor compreensão deste fenómeno é possível através de uma análise cruzada com outros indicadores, tais como género, idade, nível de escolaridade, tipo de agregado familiar, etc. No entanto, esta análise mais profunda recorrendo aos dados disponíveis 2006 (EU-SILC 2007)⁸.

Assim, tendo em conta as diferentes categorias etárias, verificou-se uma diminuição do risco de pobreza junto dos trabalhadores mais velhos. Em 2006, eram os trabalhadores mais jovens (menos de 25 anos) que possuíam um maior risco de pobreza (9% - UE25), sendo seguido dos trabalhadores com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos (8% - UE25) e, por fim, os que possuem 55 anos ou mais (7% - EU25). No entanto, verificam-se diferenças substanciais nos diferentes países da União Europeia. Assim, se o risco de pobreza é maior junto dos trabalhadores mais jovens em Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Noruega e Suécia, esta não é a realidade em países com Áustria, Grécia, Irlanda, Lituânia, Portugal e Espanha. Nestes últimos seis países são os trabalhadores mais velhos que enfrentam um maior risco de pobreza. Esta diferença pode ser explicada pela saída tardia da casa dos pais por parte dos jovens de países do Sul da Europa. Por outro lado, nos novos Estados Membros (República Checa, Estónia, Hungria, Malta, Eslováquia e Eslovénia) são os trabalhadores com idades entre os 25 e os 54 anos os que possuem um maior risco de pobreza.

Taxa de risco de pobreza da população empregada por grupos etários na UE (%), 2006



Fonte: EU -SILC 2007 ⁹

⁸ Eurofound (2010), *Working Poor in Europe*, ed. Eurofound, Dublin, Irlanda

⁹ Eurofound (2010), *Working Poor in Europe*, ed. Eurofound, Dublin, Irlanda

O nível de escolaridade possui igualmente um impacto importante na maior ou menor vulnerabilidade à pobreza por parte dos trabalhadores. São os trabalhadores com níveis de escolaridade mais baixos os que possuem um maior risco de pobreza (14%). Esta taxa de pobreza desce para 8% quando nos referimos a trabalhadores com um nível de escolaridade médio e para 3% um nível de escolaridade elevado. Para Portugal, estes valores descem para 12% quando nos referimos a trabalhadores com baixa escolaridade, 3% para os trabalhadores com um nível de escolaridade médio e 0% para os trabalhadores com escolaridade elevada.

Taxa de risco de pobreza da população empregada por níveis de educação na UE (%), 2006

	Low	Medium	High
EU25	14	8	3
EU15	14	7	4
NMS10	20	9	2
AT	9	6	4
BE	7	5	2
BG	:	:	:
CY	10	7	3
CZ	9	3	1
DE	14	7	5
DK	5	4	3
EE	10	10	4
EL	26	11	5
ES	16	11	5
FI	7	7	2
FR	8	7	3
HU	14	6	1
IE	10	5	2
IT	16	7	2
LT	16	11	2
LU	19	6	2
LV	20	10	3
MT	6	2	1
NL	6	6	2
PL	28	13	2
PT	12	3	0
RO	:	:	:
SE	6	7	6
SI	10	5	1
SK	14	5	3
UK	16	8	4
NO	9	6	4

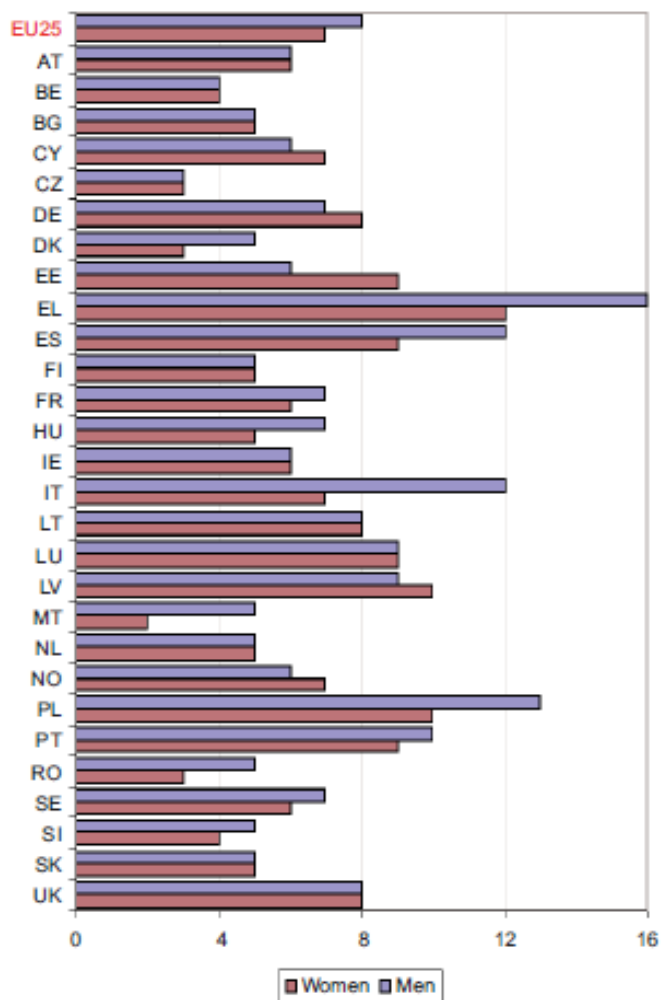
Fonte: EU -SILC 2007 ¹⁰

Verifica-se que, apesar das mulheres terem um maior risco de pobreza, esta vulnerabilidade à pobreza junto das trabalhadoras é menor à da população masculina que se encontra empregada. Em 2006, 7% das mulheres trabalhadoras da UE-25 estavam em risco de pobreza, enquanto ao nível dos homens essa taxa era de 8%. Refira-se ainda que Portugal era, em 2006, um dos 12 países da EU25 onde os trabalhadores do sexo masculino se

¹⁰ Eurofound (2010), *Working Poor in Europe*, ed. Eurofound, Dublin, Irland

encontravam numa situação de maior risco de pobreza face as do sexo feminino. Para compreender este fenómeno deve-se ter em conta que na base destes valores está o cálculo do rendimento do agregado familiar e não uma remuneração individual. Assim, com uma maior taxa de actividade ao nível da população masculina, o menor risco de pobreza junto das mulheres poderá ser explicado pela maior probabilidade de se encontrarem num agregado familiar onde existem dois adultos inseridos no mercado de trabalho.

Taxa de risco de pobreza da população empregada por sexo na UE (%), 2006



Fonte: EU -SILC 2007¹¹

Efectivamente, as características do agregado familiar têm um impacto importante na taxa de risco de pobreza da população empregada. Se cerca de 8% dos trabalhadores da União Europeia, em 2006, encontravam-se em risco de pobreza, este valor sobe para 18% quando nos referimos a trabalhadores incluídos num agregado familiar monoparental e para 10% ao nível dos trabalhadores que vivem sozinhos ou que se encontram em agregados familiares com filhos dependentes. Refira-se, no entanto, que a taxa de risco de pobreza junto de trabalhadores monoparentais, em 2006, era superior a 20% em 11 Estados-Membros da UE25, sendo que a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores monoparentais no Luxemburgo era de 39%. Em Portugal, são igualmente os trabalhadores monoparentais e os que vivem sozinhos os que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade à pobreza (19% e 15% respectivamente). No entanto, enquanto que, ao nível da UE15, os trabalhadores que se encontram em agregados familiares sem filhos dependentes possuem um menor risco de pobreza, em Portugal a

¹¹ Eurofound (2010), *Working Poor in Europe*, ed. Eurofound, Dublin, Irland

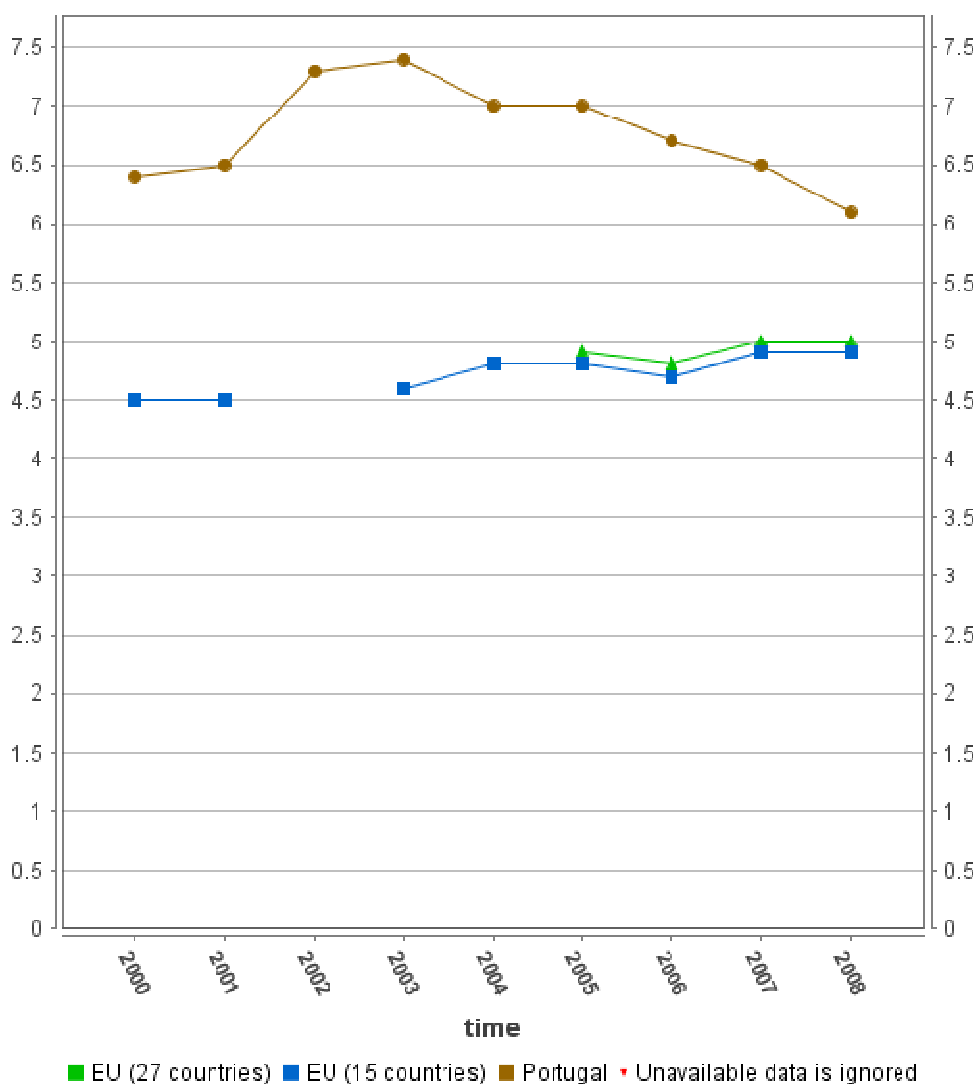
taxa de risco de pobreza é semelhante para os trabalhadores em agregados com filhos dependentes e nos agregados sem filhos dependentes (10% em ambos os tipos de agregados).

Desigualdade em matéria de distribuição do rendimento

A **desigualdade em matéria de distribuição do rendimento** é bastante significativa em Portugal. Os dados da EU-SILC 2008 do Eurostat refere que para a UE27 o rácio entre os 20% da população com os rendimentos mais elevados e os 20% com os rendimentos mais baixos foi de 5%, ou seja, o quintil mais rico detinha 5 vezes mais do que o rendimento mais pobre. Os rácios variam entre os 3.4 na Eslovénia, Eslováquia e República Checa e os 7.3 na Letónia.

Analisando a evolução deste indicador desde EU-SILC 2000 verifica-se que enquanto ao nível da média da União Europeia (UE15 e UE27 com dados desde 2004) a desigualdade de distribuição do rendimento tem vindo a aumentar, para Portugal verificou-se um período de forte aumento dos níveis de desigualdade, entre 2000 e 2003, seguido de uma diminuição desta desigualdade. Desta forma, verificamos uma ligeira diminuição (0.3 pontos percentuais) da desigualdade de distribuição de rendimento nos dados apresentados pela Eurostat entre 2000 e 2008.

Desigualdade de distribuição de rendimento (S80/S20) na UE (%), (ÊU-SILC 2000 e 2007)



Fonte: EU -SILC

No último inquérito do Eurobarómetro acerca da percepção dos europeus relativamente à pobreza e à exclusão social¹² verificou-se que cerca de 24% das pessoas consideravam pobres aqueles que detêm recursos tão limitados que os impedem de participar plenamente nos vários sectores da sociedade. Cerca de 22% encara a pobreza como a impossibilidade de não ser capaz de garantir os meios necessários básicos para viver (em Portugal cerca de 32% das pessoas entrevistadas apontaram esta razão) e 21% vê a pobreza como estando dependente da caridade ou de subsídios públicos. Apenas 18% considera que as pessoas são pobres quando têm menos do que é considerado ao nível do limiar da pobreza.

Na generalidade dos países as pessoas consideram que a pobreza está a aumentar dentro do seu próprio país. Portugal está em 5º lugar nesta lista, sendo que 88% das pessoas considera que a pobreza tem aumentado.

Quando questionados sobre *quais os dois dos factores sociais listados podem melhor explicar o porquê das pessoas serem pobres*, as respostas centraram-se na sua maioria no facto de haver *muito desemprego* (52%) e nos *baixos salários e rendimentos* para se fazer face às despesas (49%). Face à questão – *pensando nos próprios pobres, na sua opinião, quais as duas razões, das listadas, melhor explicam o porquê deles estarem em pobreza?* – as razões mais apontadas centraram-se em âmbitos mais pessoais, como os *baixos níveis de educação, de formação e de competências* (37%), o facto de *terem nascido em famílias pobres* (25%) e as *dependências como a droga, álcool e outras* (23%). A Pobreza é um problema central e visível pelas pessoas, no entanto ainda é um problema muito atribuído a causas pessoais. No caso dos países da Europa do Sul, onde está Portugal, verifica-se que a falta de apoio por parte da família e de outras redes pessoais ainda é considerada como factor determinante para a permanência das pessoas na pobreza.

No que diz respeito aos grupos em maior situação de pobreza, 56% das pessoas inquiridas consideram que são os desempregados (para Portugal a percentagem foi de 67%), logo seguido das pessoas idosas (41%), e, com 31% as pessoas com baixos níveis de escolaridade e formação.

A forma de encarar a vida e o futuro é também influenciada pela pobreza. Cerca de 61% dos europeus considera-se optimista face ao seu futuro. No entanto aqueles que estão mais vulneráveis financeiramente encaram o futuro de um modo mais negativo. Em Portugal cerca de 52% dos respondentes consideram-se optimistas face ao seu futuro.

Relativamente às implicações da pobreza na vida das pessoas, 87% dos inquiridos considera que a pobreza limita as possibilidades de acederem a uma habitação digna (para Portugal a percentagem foi de 92%); 80% considera que limita o acesso a uma melhor e maior educação/formação e 74% considera que tem sérias implicações no acesso ao emprego. Outras implicações foram apontadas como o acesso ao ensino básico (60%) e a capacidade de estabelecer uma rede de amigos e conhecidos (54%).

Pensando nas soluções, cerca de 89% dos europeus considera que a Pobreza é um problema nacional que precisa de uma intervenção urgente por parte do Governo e a riqueza precisa de ser melhor distribuída (82%), assim como assegurar o pagamento de mais impostos, por parte daqueles que possuem maiores rendimentos de modo a que o Governo tenha recursos para combater a pobreza (75%). A percepção dos inquiridos face ao impacto das políticas públicas nacionais e os vários programas dirigidos para a melhoria das condições dos grupos mais vulneráveis é bastante negativo (64%). Ou seja, uma grande maioria dos europeus considera que as políticas existentes não têm impacto na redução da pobreza. Em Portugal, 14% considera que as políticas existentes melhoram a vida destas pessoas, 60% considera que não e 12% considera mesmo que torna as coisas piores.

Quando questionados sobre a melhor abordagem para resolver os problemas económicos e sociais, cerca de 63% dos respondentes considerou que se deveria ser garantido um maior nível de cuidados de saúde, educação e gastos

¹² Pobreza e Exclusão Social, Eurobarómetro 321, Fevereiro de 2010. O inquérito foi aplicado entre Agosto e Setembro de 2009.

sociais, mesmo que isso implicasse um aumento de impostos. Cerca de 62% considerou a existência de um salário mínimo mais elevado, mesmo que isso implicasse uma menor disponibilidade de empregos e 60% consideraram que a educação deveria ser totalmente gratuita, mesmo que significasse uma menor qualidade da mesma. A garantia de mais empregos para os desempregados também foi apontada como importante por parte de 54% das pessoas.

Já relativamente às pessoas que deveriam receber assistência social, 65% dos europeus considera que, em primeiro lugar, essas pessoas deveriam ser as crianças, logo seguidos dos deficientes e dos idosos (55% para os dois). Foram igualmente identificadas as famílias monoparentais (49%), os desempregados (47%), os sem-abrigo (46%) e, com percentagens muito mais reduzidas, os imigrantes (14%), os jovens delinquentes (15%) e os dependentes de drogas.

Um último apontamento interessante do inquérito prende-se com a identificação daqueles que detêm mais capacidade, ou são mais fiáveis, para combater a pobreza. 63% dos europeus deposita essa confiança nas acções das Organizações Não Governamentais e das entidades de caridade, logo seguido da própria actuação dos cidadãos (57%), as instituições religiosas (51%) e as autoridades regionais/locais (50%). No campo mais político, a União Europeia reuniu mais “votos” (45%) do que os Governos nacionais (36%). No entanto, apesar da confiança ser reduzida, os europeus consideram que deve caber ao Governo a responsabilidade por reduzir e prevenir a pobreza (53%) e que essa acção deve ser urgente, logo seguido os cidadãos (13%), as autoridades regionais e locais e as ONG’s (7%), as empresas (3%) e as entidades religiosas (2%).

ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

Sendo o fenómeno da Pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, influenciam, de forma directa ou indirecta, o problema em análise. De forma a dar a conhecer, em traços gerais, a realidade do nosso país a esse nível, apresentamos de seguida os valores estatísticos, mais recentes, referentes aos indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social em Portugal.

Taxa de Risco de Pobreza¹³

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida – 2009, com dados referentes aos rendimentos de 2008) cerca de 18% da população portuguesa encontrava-se, em 2008, abaixo do limiar da pobreza, valor que se mantém com pequenas variações desde 2005 (EU-SILC-2006). Assim, verifica-se uma diminuição de 0.6 p.p. (pontos percentuais) entre 2007 e 2008 (EU-SILC2008 e 2009), mas uma diminuição de apenas 0.2 p.p. quando comparado com os dados referentes a 2006 (EU-SILC2007). No entanto, sublinhe-se que, ao contrário dos anos anteriores, na apresentação dos resultados do último inquérito às Condições de Vida e Rendimento, o INE deixa de apresentar valores arredondados. Por outro lado, o Eurostat efectuou alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, nomeadamente através da introdução das pensões de planos individuais privados. Como consequência desta alteração, os valores dos anos anteriores foram recalculados, o que teve um efeito residual nos resultados. Esta alteração poderá explicar o facto da Taxa de Risco de Pobreza em 2005 e em 2007 (EU-SILC 2006 e 2008) terem sido oficialmente apresentadas como 18% e serem agora apresentadas como 18.5% (com o arredondamento a taxa de pobreza seria 19%).

A taxa de risco de pobreza tem como base o rendimento médio mensal por adulto equivalente. Em 2008 o limiar de pobreza correspondia a 414 euros por mês (4 969 euros anuais) um valor superior face ao ano anterior (406 euros mensais e 4 878 euros anuais).¹⁴ Se incluirmos na análise outras dimensões, verificamos que persiste uma maior vulnerabilidade por parte das mulheres 18,4% face aos homens (17,3%) e das pessoas com mais de 65 anos (20,1%) e das pessoas com menos de 18 anos (22,9%). No entanto, comparativamente ao ano anterior, verifica-se uma descida da taxa de pobreza junto das mulheres (menos 0.7 p.p.) e das pessoas com mais de 65 anos (2,2 p.p.). Efectivamente, é junto da população mais idosa que verificamos a maior evolução positiva da taxa de pobreza ao longo dos anos. Entre 2005 e 2008 (EU-SILC2006 e 2009), esta taxa desceu cerca de 6 pontos percentuais. Esta forte diminuição da taxa de risco de pobreza junto das pessoas com mais de 65 anos poderá ser explicado pela aplicação da medida Complemento Solidário para Idosos. Ao nível da pobreza infantil, por outro lado, a taxa de pobreza mantém-se estável face ao último ano (aumento de apenas 0.1 p.p.).

Taxa de Risco de Pobreza segundo o sexo e o grupo etário, (2004-2009) (INE)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009(Po)
Taxa de pessoas em risco de Pobreza	20%	19%	18% (18,5%)	18% (18,1%)	18% (18,5%)	17,9%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Homens)	19%	19%	18% (17,7%)	17% (17,2%)	18% (17,9%)	17,3%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Mulheres)	22%	20%	19% (19,1%)	19% (19,0%)	19% (19,1%)	18,4%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (<	25%	24%	21%	21%	23%	22,9%

¹³ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2008, INE, Julho de 2009; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2009 (Dados Provisórios), INE, Julho 2010

¹⁴ O limiar da pobreza corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes nacional.

ou =17 anos)			(20,8%)	(20,9%)	(22,8%)	
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (18 - 64 anos)	17%	16%	16% (15,7%)	15% (15,2%)	16% (16,3%)	15,8%
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (>65 anos)	29%	28%	26% 26,1%)	26% (25,5%)	22% (22,3%)	20,1%
Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (Po)

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores).

A evolução dos dados sobre a pobreza no último ano é também significativa quando nos referimos aos diferentes tipos de agregados familiares. Se, em 2005, os agregados familiares sem crianças dependentes possuíam uma taxa de risco de pobreza superior a média nacional (19%), em 2008 (EU-SILC 2009) esta taxa é três pontos percentuais inferiores a média nacional (14.9%). No entanto, dentro desta categoria de “agregados familiares sem crianças dependentes” encontram-se situações heterogéneas. Se apenas 16.6% dos agregados constituídos por 2 adultos com menos de 65 anos (sem crianças) encontram-se em risco de pobreza, 28% das famílias unipessoais (constituídas por apenas um adulto) encontram-se abaixo do limiar de pobreza. Dentro deste tipo de agregado, são nas famílias constituídas por apenas uma mulher e as constituídas por uma pessoa com mais de 65 anos que se encontram mais vulneráveis a pobreza (30.1% e 32.7% respectivamente). Refira-se ainda uma diminuição generalizada na taxa de risco de pobreza junto dos diferentes agregados familiares sem filhos. A diminuição mais significativa ocorreu junto dos agregados compostos por um adulto com menos de 65 anos, sem crianças, com uma diminuição de 4.9 p.p. face ao último ano.

Os agregados familiares com crianças dependentes, por outro lado, tiveram um aumento da taxa de risco de pobreza em 0.2 percentuais face aos rendimentos de 2007, passando, em 2008, para 20.6%. Neste tipo de agregado familiar, as tipologias mais vulneráveis à pobreza são as famílias monoparentais, ou seja, um adulto e pelo menos uma criança, e as famílias numerosas (compostas por dois adultos de três ou mais crianças), com taxas de risco de pobreza de 38.8% e 42.8% respectivamente. Sublinhe-se que, entre os rendimentos de 2007 e de 2008, verificou-se um forte aumento da taxa de pobreza junto das famílias compostas por dois adultos e três ou mais crianças, 10.9 p.p, regredindo a uma taxa de risco de pobreza próxima da que se verificava nos rendimentos de 2006 (EU-SILC2007).

Taxa de Risco de Pobreza segundo composição do agregado familiar (EU-SILC2004 - EU-SILC2009)

(INE)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009(Po)
Total sem crianças dependentes	20%	19%	19% (18,9%)	19% (18,7%)	16% (16,1%)	14,9%
1 Adulto sem crianças	35%	37%	35% (34,9%)	33% (33,0%)	31% (31,0%)	28,0%
1 adulto sexo masculino, sem crianças	32%	34%	28% (28,3%)	26% (26,4%)	26% (26,2%)	23,6%
1 adulto sexo feminino, sem crianças	37%	39%	38% (38,2%)	36% (36,1%)	33% (33,1%)	30,1%
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	26%	28%	26% (26,3%)	27% (27,3%)	25% (25,0%)	20,1%

1 adulto com 65 + anos, sem crianças	41%	42%	40% (39,8%)	37% (36,6%)	34% (34,5%)	32,7%
2 Adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	16%	15%	19% (18,3%)	18% (17,6%)	17% (16,5%)	16,6%
2 Adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	30%	28%	26% (25,8%)	26% (26,4%)	22% (21,7%)	18,8%
Outros agregados, sem crianças	12%	8%	10% (9,5%)	9% (9,3%)	7% (7,4%)	8,0%
Total, com crianças dependentes	21%	20%	18% (18,1%)	18% (17,7%)	20% (20,4%)	20,6%
1 Adulto c/ pelo menos 1 criança	32%	30%	41% (41,2%)	34% (33,6%)	39% (38,9%)	38,8%
2 Adultos com 1 criança	13%	14%	12% (12,1%)	12% (12,2%)	16% (16,7%)	14,8%
2 Adultos com 2 crianças	24%	23%	19% (18,6%)	17% (17,0%)	21% (20,6%)	20,7%
2 Adultos com 3 + crianças	38%	42%	38% (37,8%)	43% (43,3%)	32% (31,9%)	42,8%
Outros agregados, com crianças	19%	16%	16% (15,8%)	16% (16,3%)	18% (18,0%)	18,8%
Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008(Po)

Po - Valor Provisório;

EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota1: No contexto deste inquérito, até 2006 foram consideradas “crianças dependentes” os indivíduos com menos de 16 anos, bem como os indivíduos entre 16 e 24 anos economicamente dependentes. A partir do EU-SILC 2007 são consideradas “crianças dependentes” todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

Nota2: Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores).

O emprego ou a sua ausência tem um impacto importante ao nível da taxa de risco de pobreza. Enquanto a taxa de risco de pobreza dos trabalhadores é de cerca 10%, esta taxa aumenta para aproximadamente 24% quando temos em atenção a população sem emprego residente em Portugal (EU-SILC 2008). Entre a população sem emprego, verificam-se taxas ainda mais elevadas junto dos desempregados (37%) e dos outros inactivos (aproximadamente 30%).

A taxa de risco de pobreza dos trabalhadores diminuiu 1.5 pontos percentuais face aos rendimentos de 2007 (EU-SILC 2008), aproximando-se assim do valor da taxa de risco de pobreza existente em 2006 (EU-SILC 2007). Ao nível da população sem emprego, houve uma diminuição significativa da taxa de risco de pobreza junto dos reformados (menos 2.7 p.p., passando para 17.4%). Efectivamente, o risco de pobreza junto desta população tem vindo a diminuir de forma constante desde 2003 (EU-SILC 2004) quando esta taxa era de 26%. No entanto, este risco de pobreza tem vindo a aumentar quando nos referimos a população desempregada (aumento de 2.4 p.p. no último ano) e de outros inactivos (1.6 p.p). Refira-se que em 2003 (EU-SILC 2004) o risco de pobreza junto dos desempregados era de 32% e, em 2004, (EU-SILC 2005) era de 28%.

Taxa de Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho (EU-SILC2004 - EU-SILC2009)

(INE)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009(Po)
Total com emprego	12%	12%	11% (11,2%)	10% (9,7%)	12% (11,8%)	10,3%
Em emprego por conta de outrem	8%	8%	6%	X	X	X
Em emprego por conta própria	29%	28%	29%	X	X	X
Total sem emprego	28%	27%	26% (26,3%)	27% (26,9%)	25% (24,8%)	24,4%
Desempregado	32%	28%	31% (31,1%)	32% (32,2%)	35% (34,6%)	37,0%
Reformado	26%	25%	23% (22,9%)	23% (23,1%)	20% (20,1%)	17,4%
Outros inactivos	29%	28%	29% (29,0%)	30% (30,2%)	28% (28,3%)	29,9%
Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008(Po)

Po - Valor Provisório;

EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos

Nota2: Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores).

Tendo em conta o regime de ocupação, é junto dos arrendatários que se verifica uma taxa mais elevada de risco de pobreza - 21.8%. Esta taxa de risco de pobreza diminuiu 2.4 p.p. face à 2007 (EU-SILC 2008). Refira-se ainda que em 2003 (EU-SILC 2004), 26% dos arrendatários possuíam rendimentos abaixo do limiar de pobreza.

Taxa de Risco de Pobreza segundo o regime de ocupação (EU-SILC2004 - EU-SILC2009)

(INE)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009(Po)
Total	20%	19%	18% (18,5%)	18% (18,1%)	18% (18,5%)	17,9%
Proprietário ou cedido gratuitamente	19%	17%	17% (17,1%)	16% (15,9%)	17% (17,4%)	17,1%
Arrendatário	26%	29%	26% (25,5%)	28% (28,4%)	24% (24,2%)	21,8%
Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008(Po)

Po - Valor Provisório;

EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores). Esta poderá ser a explicação para o facto da Taxa de Risco de Pobreza em 2005 e em 2007 (EU-SILC 2006 e 2008) terem sido oficialmente apresentadas como 18% e serem agora apresentadas como 18.5% (com o arredondamento a taxa de pobreza seria 19%)

Dispersão do limiar do risco de pobreza¹⁵

Na União Europeia, a pobreza é medida através da linha de pobreza monetária. O limiar estabelecido para contabilizar a população em risco de pobreza corresponde a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país. No entanto, é possível verificar a dispersão em torno do limiar da pobreza e a assimetria de rendimentos. Se o limiar escolhido fosse, por exemplo, 70% ou 50% a taxa de risco de pobreza seria significativamente diferente. Assim, 25.6% da população portuguesa estariam em situação de risco de pobreza caso este limiar tivesse como base 70% da mediana, ou seja, um acréscimo de 7.7 pontos percentuais face a taxa de risco de pobreza calculada com base num limiar de pobreza de 60% da mediana.

É importante sublinhar que 6.4% da população auffer menos de 40% da mediana do rendimento por adulto equivalente. Sublinhe-se, no entanto, que esta percentagem apenas diminui um ponto percentual entre 2003 (EU-SILC 2004) e 2008 (EU-SILC 2009).

Dispersão do limiar do risco de pobreza (EU-SILC2004 - EU-SILC2009)

(INE)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009(Po)
Após transferência sociais (70% da mediana)	28%	27%	26% (25,8%)	26% (25,6%)	27% (27,2%)	25,6%
Após transferência sociais (60% da mediana)	20%	19%	18% (18,5%)	18% (18,1%)	18% (18,5%)	17,9%
Após transferência sociais (50% da mediana)	13%	13%	11% (11,2%)	12% (11,5%)	12% (11,9%)	10,8%
Após transferência sociais (40% da mediana)	7%	7%	6% (6,5%)	6% (6,3%)	6% (5,7%)	6,4%
Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008(Po)

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos

Nota2: Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores). Esta poderá ser a explicação para o facto da Taxa de Risco de Pobreza em 2005 e em 2007 (EU-SILC 2006 e 2008) terem sido oficialmente apresentadas como 18% e serem agora apresentadas como 18.5% (com o arredondamento a taxa de pobreza seria 19%)

Intensidade da Pobreza¹⁶

A Taxa de Intensidade da Pobreza mede a diferença entre o valor do limiar de pobreza (4 969 euros anuais, em 2008) e o rendimento monetário mediano dos indivíduos em risco de pobreza. O aumento da Taxa de Intensidade da Pobreza significa um agravamento da falta de recursos dos indivíduos em risco de pobreza.

A taxa de risco de pobreza, em 2008 (EU-SILC 2009), era de 23,6% um valor semelhante ao que se verificava em 2005 (EU-SILC 2006) e ligeiramente superior a taxa de intensidade da pobreza de 2007 (EU-SILC 2008). A análise deste indicador por sexo permite verificar que, em 2008 (EU-SILC 2009) a intensidade da pobreza agravou-se junto

¹⁵ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2008, INE, Julho de 2009; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2009 (Dados Provisórios), INE, Julho 2010

¹⁶ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2009 (Dados Provisórios), INE, Julho 2010

da população masculina (um acréscimo de cerca de 2,4 p.p.) e diminuiu ligeiramente junto da população feminina (menos 0.6 p.p.). Desta forma, ao contrário do que ocorreu em 2007, a intensidade da pobreza em 2008 foi superior nos homens.

Taxa de Intensidade da Pobreza, segundo sexo (EU-SILC2004 - EU-SILC2009)

(INE)

	2006	2007	2008	2009(Po)
Total	23,5%	24,3%	23,2%	23,6%
Homens	22,4%	24,3%	22,5%	24,9%
Mulheres	23,9%	24,2%	23,6%	23,0%
Ano de referência do rendimento	2005	2006	2007	2008(Po)

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

Desigualdade na distribuição do rendimento¹⁷

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), em 2008 (EU-SILC 2009), 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 6 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo. Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica auferia 10,3 vezes o rendimento dos 10% mais pobre. A diminuição da taxa de risco de pobreza entre 2003 e 2008 (EU-SILC 2004 e 2009) foi acompanhada nos últimos anos por uma diminuição das desigualdades. Tendo por base os rendimentos de 2003, houve uma diminuição de 0.9 pontos percentuais quando nos referimos ao indicador S80/S20 e 2 pontos percentuais quando nos referimos ao indicador S90/S10. Tendo em conta apenas os valores referentes a 2007 e 2008, verifica-se uma ligeira diminuição no indicador S80/S20 (menos 0,1), mas um agravamento na distância entre 10% da população mais rica e 10% mais pobre (mais 0,3).

Simultaneamente é possível verificar a forte desigualdade na distribuição dos rendimentos através do coeficiente de Gini que em Portugal, em 2008 (EU-SILC 2009), era de 35.4%¹⁸. Verifica-se igualmente a este nível uma diminuição das desigualdades, com um decréscimo de cerca de 2.3 ponto percentual face aos dados da EU-SILC 2006 e menos 0.4 pontos percentuais face aos dados da EU-SILC 2008.

Indicadores de Desigualdade do Rendimento (EU-SILC2004 - EU-SILC2009)

(INE)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009(Po)
Coeficiente de <i>Gini</i>	38	38	38 37,7	37 36,8	36 35,8	35,4
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	6,9	6,9	6,7	6,5	6,1	6,0
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	12,3	12,2	11,9	10,8	10,0	10,3
Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008(Po)

Po – Valor Provisório;

EU – SILC: Inquérito às Condições de Vida

¹⁷ Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006, INE, Janeiro de 2008; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2008, INE, Julho de 2009; Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2009 (Dados Provisórios), INE, Julho 2010

¹⁸ A desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo dos 100% for o coeficiente de Gini.

Nota: Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores).

Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Risco de Pobreza¹⁹

As transferências sociais têm um impacto importante sobre a Taxa de Risco de Pobreza. Segundo dados do INE, a taxa de risco de pobreza seria de 24.3% se apenas considerássemos as transferências relativas a pensões e de 41.5% se não considerássemos qualquer transferência social.

Através destes dados é possível verificar que a taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social manteve-se sem alterações entre 2007 (EU-SILC 2008) e 2008 (EU-SILC 2009). No entanto, a taxa de risco de pobreza após as transferências relativas a pensões tem vindo a diminuir. Verificou-se um decréscimo de cerca de 0.8 p.p. entre 2005 (EU-SILC 2006) e 2008 (EU-SILC 2009) e menos 0.6 p.p no último ano.

Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Pobreza (EU-SILC 2004 - EU-SILC2009) (INE)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009(Po)
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social	41%	41%	40% (40,2%)	40% (40,0%)	41% (41,5%)	41,5%
Taxa de risco de pobreza após transferência relativas a pensões	27%	26%	25% (25,1%)	24% (24,2%)	25% (24,9%)	24,3%
Taxa de risco de pobreza após transferência sociais	20%	19%	18% (18,5%)	18% (18,1%)	18% (18,5%)	17,9%
Ano de referência do rendimento	2003	2004	2005	2006	2007	2008(Po)

Po - Valor Provisório;

EU - SILC: Inquérito às Condições de Vida

Nota: Segundo o INE, houve alterações na metodologia de construção da variável rendimento disponível, através da introdução das pensões de planos individuais privados (efectuado pelo Eurostat). Esta alteração implicou que todos os indicadores fossem recalculados e teve efeito residual nos resultados (dados actuais e dos anos anteriores). Esta poderá ser a explicação para o facto da Taxa de Risco de Pobreza antes de qualquer transferência social em 2007 (EU-SILC 2008) ter sido oficialmente apresentadas como 41.8% e serem agora apresentadas como 41.5% (com o arredondamento seria 42%)

Emprego/ desemprego²⁰

Segundo as estatísticas do INE, no 2º trimestre de 2010 a taxa de desemprego foi de 10.6%. Após um período de decréscimo da taxa de desemprego entre o 1º trimestre de 2007 e o 2º trimestre de 2008 (passando de 8.4% para 7.3%), a taxa de desemprego teve a partir desse período um aumento significativo e constante (1.8 pontos percentuais (p.p.) em 2009 e 1.5 p.p. em 2010), sendo assim visível o impacto do actual contexto de crise económica. Efectivamente, no 2º trimestre de 2009, a taxa de desemprego alcançou um valor bastante significativo, alcançando as duas casas decimais. Este aumento é ainda mais significativo quando comparamos com os dados dos últimos 10 anos. Sublinhe-se que em 2001 a taxa de desemprego para o período homólogo era 3.8%.

A taxa de desemprego, em 2010, sobe para 11.5% quando nos referimos às mulheres e desce para 9.7% junto da população masculina. Apesar de se verificar um aumento da taxa de pobreza junto destes dois grupos, este

¹⁹ Destaque - Rendimento e Condições de Vida - 2006, INE, Janeiro de 2008; Destaque - Rendimento e Condições de Vida - 2008, INE, Julho de 2009; Destaque - Rendimento e Condições de Vida - 2009 (Dados Provisórios), INE, Julho 2010

²⁰ INE, Destaque - Estatísticas do Emprego 2º Trimestre de 2009, 14 de Agosto de 2009.

aumento foi mais intenso junto das mulheres do que dos homens. Enquanto a taxa de desemprego aumentou 1 pp ao nível da população do sexo masculino, esta taxa sofreu um aumento de 2 p.p. ao nível das mulheres.

No que se refere aos grupos etários, em 2010, verifica-se uma maior taxa de desemprego nos grupos mais jovens, nomeadamente entre os 15 e os 24 anos (20.3%) e entre os 25 e os 34 anos (12.6%). Ao nível da evolução recente desta taxa, verifica-se um aumento da taxa de desemprego em todos os grupos etários face ao período homólogo de 2009, tendência diferente da verificada em 2009 quando existiu uma diminuição da taxa de desemprego junto dos grupos etários mais velhos

A alteração da taxa de desemprego é igualmente importante quando se analisam aos níveis de escolaridade. É ao nível da população com o 3º Ciclo do Ensino Básico, com 2º Ciclo do Ensino Básico e com o ensino secundário e pós-secundário que se verificam taxas de desemprego mais elevadas (13%, 12.8% e 10.6% respectivamente, em 2010). Refira-se, no entanto, que essa maior intensidade da taxa de desemprego junto destes níveis de escolaridade já se verificava em 2009 e em 2001. Por seu lado, o grupo com menor taxa de desemprego, em 2010, é a população com ensino superior - 6.3%.

Quanto a evolução da taxa de desemprego face o nível de escolaridade entre 2009 e 2010 (para o período homólogo), verifica-se um aumento da taxa de pobreza em todos os níveis de escolaridade. É, no entanto, importante sublinhar que a intensidade deste aumento foi muito diferente consoante os vários níveis de escolaridade. Assim, enquanto o um aumento da taxa de desemprego foi de superior a 2 p.p. junto das pessoas sem qualquer nível de escolaridade (2.8 p.p.), da população com o 2º Ciclo do Ensino Básico (2.6 p.p) e da população com o 3º Ciclo de (2.3 p.p.), o aumento foi inferior a 1 p.p. nos restantes níveis de escolaridade (0.9 p.p. ao nível da população com ensino pós-secundário; 0.8 p.p. ao nível da população com o 1º Ciclo; e 0.4 p.p. ao nível da população com ensino superior).

Taxa de Desemprego por Sexo, Grupo Etário e Nível de escolaridade mais elevado (2º Trimestre)²¹
(INE)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Taxa de Desemprego	3.8%	4.5%	6.1%	6.3%	7.2%	7.3%	7.9%	7.3%	9.1%	10.6%
Grupo Etário										
15-24 anos	8.9%	10.4%	13.4%	14%	15.3%	14.8%	15.3%	14.3%	18.7%	20.3%
25-34 anos	3.9%	4.7%	7.5%	6.9%	8.1%	8.7%	9.9%	8.1%	10.8%	12.6%
35-44 anos	3.2%	3.9%	5.1%	5.1%	6.3%	6.1%	6.7%	6.8%	8.0%	10.2%
45-64 anos	2.9%	3.3%	4.3%	5.4%	5.9%	6%	6.5%	6.4%	7.7%	8.9%
65 e mais anos	0.3%	-	0.2%	0.3%	0.2%	-	0.2%	0.2%	0.3%	0.7%
Sexo										
Homens	2.9%	3.8%	5.2%	5.6%	6.5%	6.4%	6.5%	6.3%	8.7%	9.7%
Mulheres	4.9%	5.3%	7.2%	7.2%	8.1%	8.3%	9.4%	8.4%	9.5%	11.5%
Nível de escolaridade mais elevado completo										
Nenhum	2.3%	2%	3.3%	3.3%	4.3%	5.2%	4.6%	5.5%	6.6%	9.4%
Básico - 1º Ciclo	3.5%	3.9%	5.5%	6.1%	6.8%	7.1%	7.3%	6.8%	9.0%	9.8%
Básico - 2º Ciclo	3.9%	5.2%	7.1%	7.5%	8.6%	8.6%	9.3%	7.1%	10.2%	12.8%
Básico - 3º Ciclo	5.7%	5.7%	7.5%	8.1%	9.2%	7.4%	9.1%	9.2%	10.7%	13%
Secundário e pós-	4.4%	5.3%	6.7%	6.4%	7.5%	8.1%	8.1%	7.7%	9.7%	10.6%

²¹ INE, Inquérito ao Emprego
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000593&selTab=tab0

secundário										
Superior	2.6%	3.9%	5.3%	4.4%	4.3%	5.4%	6.5%	5.8%	5.9%	6.3%

Inquérito ao Emprego

FONTES

- *Destaque – Estatísticas do Emprego 2º Trimestre de 2009*, INE, 14 de Agosto de 2009
- *Destaque – Orçamentos Familiares – 2005/2006*, INE, Março de 2008
- *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2006*, INE, Janeiro de 2008
- *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2008*, INE, Julho de 2009
- *Destaque – Rendimento e Condições de Vida – 2009*, INE, Julho de 2010
- Eurofound (2010), *Working Poor in Europe*, ed. Eurofound, Dublin, Irlanda
- *Euro-Indicators*, Eurostat, 125/2010 (31 Agosto 2010)
- *The Social Situation in the European Union 2009*, European Commission, Fevereiro 2010